



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 076/2022

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 27/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E ELETRICA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pelo prefeito Martins Dias de Oliveira, sob a justificativa de que a falta de mão obra especializada em mecânica e elétrica para atender maquinários pesados e leves, veículos pesados e leves e assistência aos equipamentos da prefeitura faz-se necessária a contratação.

Ao processo foi anexado documento identificando fontes de recursos para a contratação da prestação dos serviços de mão de obra. A contabilidade forneceu a existência de dotação orçamentária para a contratação.

Estão anexados três orçamentos para parâmetros de preços, fornecidos por empresas do ramo.

O Edital e Anexos estão disponíveis para análise (Anexo I, Termo de Referência; Anexo II, Minuta da Ata de Registro de Preços.

FUNDAMENTAÇÃO

A administração optou pela licitação nos termos da Lei nº 8.666/93 (art. 191 da Lei n.º 14.133/21).



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a contratação de mão de obra em serviços de elétrica e mecânica para atender às necessidades da frota de veículos da Prefeitura. O Termo de Referência estabelece o local de execução dos serviços, prazo de início, a descrição dos serviços que serão tomados e quantidade de diárias. A Comissão de Licitação deverá requisitar das concorrentes a apresentação de declaração do endereço no qual serão realizados os serviços de mecânica e elétrica nos veículos da frota municipal.

A licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME E EPP) nos .

Segundo as inovações legislativas introduzidas pela LC 147/2014 na LC 123/06, a limitação de valor para licitação exclusiva deve ser restrita aos itens ou lotes do certame, e não ao valor global, nos termos do art. 48, I da LC 123/06.

Apesar de o valor global da licitação exceder o limite de R\$ 80.000,00 previstos no art. 48, I, da LC nº 123/2006 e no art. 6º do Decreto nº 6.204/2007 para a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, observa-se que a licitação está sendo realizada pelo menor preço por item, presumindo-se que cada item será disputado de maneira independente dos demais.

A Comissão de Licitação deve observar que a disputa é por item.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)



§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de horas de prestação dos serviços, mas não a efetiva quantidade que será contratada, haja vista que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, sobretudo tratando-se de veículos que podem ou não apresentar defeito a serem reparados.

A administração justifica a licitação com o argumento de que há necessidade de contratação de mão de obra mecânica e elétrica para manter o bom funcionamento da frota de veículos das respectivas secretarias.

Todavia não está acostado o estudo técnico para amparar a contratação. Os parâmetros constituídos pela quantidade de veículos e máquinas e mão de obra dos servidores mecânicos disponíveis na oficina própria da prefeitura não foram apresentados. Seria necessário a justificativa demonstrando que o número de servidores locados na oficina própria da prefeitura não suprem a demanda de serviços.

Cabe à administração providenciar a descrição do objeto pretendido na licitação com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos. A indicação e definição exata do objeto licitatório é requisito de validade ou condição deste procedimento.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

No caso concreto, o Edital e Termo de Referência definem o objeto, porém não está inclusa no processo a lista de veículos, maquinários e máquinas que serão reparadas pela contratada. A disponibilização da frota de veículos e máquinas serve para a formação dos preços pelos concorrentes, eis que os preços podem variar de acordo com o número de veículos que serão reparados, o tempo de uso e a marca dos veículos.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A especificação da frota municipal é necessária na composição do Edital, pois possibilita a apuração dos custos e a formulação das propostas pelas empresas interessadas. Devendo ser disponibilizada a lista da veículos e máquinas que serão objeto de conserto pelas empresas que disputam a licitação.

CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Ata de Registro de Preços que compõem o processo atendem à legislação pertinente, com as ressalvas sanadas, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 14 de setembro de 2022.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 8841-B